



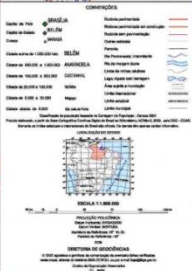
PROGRAMA DE GOVERNO

HELDER PRESENTE, CUIDANDO DA GENTE

“COLIGAÇÃO O PARÁ DAQUI PRA FRENTE”

**MDB, PR, PSC, PSD, PP, PTB, PROS, PTC, PSL, PHS, PRB, PMB, DC,
PATRIOTA, PODEMOS, AVANTE**

2018



SUMÁRIO

PARTE 1 - BIOGRAFIA

PARTE 2 - UM OLHAR PARA O FUTURO: TRABALHO E PRESENÇA

3 - DIRETRIZES

3.1 - SOCIEDADE DE DIREITOS

Educação

Juventude

Cultura

Saúde

Segurança

3.2 - CRESCIMENTO INTELIGENTE

Infraestrutura – Caminhos da Integração

Desenvolvimento Econômico

Desenvolvimento Social

Qualidade de Vida

3.3 - TRABALHO COM RESPONSABILIDADE

Equilíbrio Fiscal

3.4 - GESTÃO PÚBLICA PRESENTE

Modernização Institucional

PARTE 4 - CONCLUSÃO

1- BIOGRAFIA



HELDER ZAHLUTH

BARBALHO nasceu em Belém do Pará, no dia 18 de maio de 1979, filho de Jader Fontenelle Barbalho e Elcione Zahluth Barbalho.

Na infância estudou no Colégio Pequeno Príncipe (Belém) e o 1º Grau na Escola Tenente Rego Barros (Belém) e Marista (Brasília). Retornou a Belém e cursou o 2º Grau na Escola Tenente Rego Barros e

Colégio Moderno.

Graduou-se em Administração no ano de 2002, pela Universidade da Amazônia e, pós-graduado na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, com o título de MBA Executivo em Gestão Pública.

É casado com a advogada Daniela Lima Barbalho, com quem tem seus três filhos, Helder Filho, Thor e Heva.

Em 1997, com 18 anos, filiou-se ao PMDB Pará - como era chamado o atual MDB, e iniciou sua trajetória política na militância do movimento estudantil. Presidiu a juventude do partido no Estado e foi secretário-geral da juventude Nacional do PMDB.

Como atividade parlamentar, no ano de 2000, foi o vereador mais votado de Ananindeua. Dois anos depois, se elegeu deputado estadual, também o mais votado. No Legislativo Estadual, apresentou projetos direcionados em especial às questões de segurança, educação e de combate às desigualdades sociais. Presidiu e foi relator da Comissão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e Lei de Orçamento Anual.

No exercício da atividade executiva, Helder assumiu a Prefeitura de Ananindeua, terceira maior cidade da Amazônia, com 25 anos de idade, em 2005, tornando-se o prefeito mais jovem da história do Pará, e foi reeleito em 2008, no 1º turno.

Como prefeito de Ananindeua, Helder recebeu o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar em 2007, 2010 e 2012.

Recebeu também o Prêmio de Prefeito Empreendedor, do SEBRAE Pará, nos anos de 2008 e 2010, pelo incentivo dado à geração de emprego e renda para a população de Ananindeua.

Ganhou, ainda, o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio do Brasil, o ODM, com o Projeto Escola Ananindeua, e recebeu em 2012 o Selo Unicef Município Aprovado com relação as ações implementadas nos anos de 2009 a 2012.

Assumiu a presidência da FAMEP - Federação das Associações dos Municípios do Estado do Pará em 2007, sendo reeleito por unanimidade em 2009 para continuar à frente da entidade, a qual presidiu até abril de 2014.

Em 2012, assumiu a vice-presidência do PMDB Pará. Atuou como apresentador na Rádio Clube do Pará com o “Programa do Helder”, que entre 2013 e 2014.

Nesse período, Helder também participou de intensa caminhada pelo Estado liderando o movimento “Queremos Ouvir o Pará”, no qual ouviu os problemas da população paraense e as representações municipais e comunitárias de mais de 80 municípios.

Em 2014, concorreu ao cargo de governador do Estado do Pará. Ganhou o primeiro turno com 49,8%, equivalente a 1.795.992 votos. No segundo turno, obteve 48,08%, recebendo 1.721.479 votos. Em seu plano de governo, apresentou proposta de um projeto de desenvolvimento consolidado para o Pará.

Em 2015, iniciou sua atividade executiva federal à frente do Ministério da Pesca e Aquicultura, de janeiro de 2015 a outubro de 2015. Posteriormente, assumiu o Ministério dos Portos, no período de outubro de 2015 até abril de 2016.

De maio de 2016 até abril de 2018, esteve à frente do Ministério da Integração Nacional, uma das principais pastas do Governo Federal, com destaque em projetos nacionais como a transposição do rio São Francisco, além de atuação na área de Defesa Civil e desenvolvimento regional, garantindo investimentos para os municípios do Pará e do Brasil.

PARTE 2 – UM OLHAR PARA O FUTURO: TRABALHO E PRESENÇA

O Pará é um Estado rico e tem um povo que o ama. Agora é hora de demonstrar à Sociedade paraense resultados concretos por meio da realização de investimentos necessários e essenciais, com relevante acréscimo de eficiência e eficácia na gestão pública estadual e de melhorias em seus indicadores socioeconômicos.

Este Programa de Governo é o planejamento para os próximos 04 (quatro) anos da Administração Pública Estadual, responsável por balizar os demais instrumentos de gestão.

Todos nós somos dotados da capacidade de fazer diferença, de fazer diferente, de fazer melhor. Nesse sentido, esse Programa de Governo nos desafia a fazer a diferença de forma sábia, estruturada e sustentável. Planejar permite ao Estado estabelecer patamares de melhoria a serem alcançados, o que ele precisa fazer hoje para aumentar a renda domiciliar do paraense, ampliar nossos indicadores de desenvolvimento e garantir qualidade de vida a todos que escolhem nossa terra como lugar para prosperar e ser feliz.

Estabelecemos onde queremos chegar nos próximos quatro anos e fincamos as bases para que esse trabalho tenha continuidade adiante. Trabalho associado a ações, caso contrário não passará de um sonho, da mesma forma que uma ação sem saber onde se pretende chegar é um esforço desordenado e sem resultado. Nesse sentido, pensar o futuro associado a ações concretas e planejadas pode mudar e transformar o Estado do Pará, hoje e daqui em diante.

Importante destacar que estabelecer um Programa de Governo com viés do desenvolvimento e do planejamento se faz necessário visto que muitos desafios não se cumprem de imediato. Planejar, ao contrário do que possa parecer em se tratando de setor público, não é um exercício inócuo, mas uma exigência que se impõe, pois, nos permite capturar oportunidades mais rapidamente, selecionar ativos e explorá-los de forma decisiva para assegurar o uso adequado de nossos recursos.

Este Programa partiu de uma reflexão - queremos o Estado do Pará do mesmo jeito que estamos hoje nos próximos anos? E a resposta é NÃO. Queremos um Pará melhor daqui para frente. E, por isso, construir um planejamento integrado de Estado e não apenas de Governo marca um novo curso.

A marca do nosso governo é a presença, compartilhada com a sociedade a partir de coalizões de forças políticas e sociais para a transformação do Estado do Pará. A nossa gestão será orientada para os fins, para o cidadão, apresentando não só mais serviços públicos, mas, melhores serviços públicos.

A melhoria dos resultados, a qualidade do gasto público, bem como a busca pela ampliação de receitas para o Estado, serão ações constantes no âmbito do nosso Governo, a partir da profissionalização da gestão e agregando componentes importantes para uma gestão eficiente: a digitalização e a comunicação permanente com a sociedade.

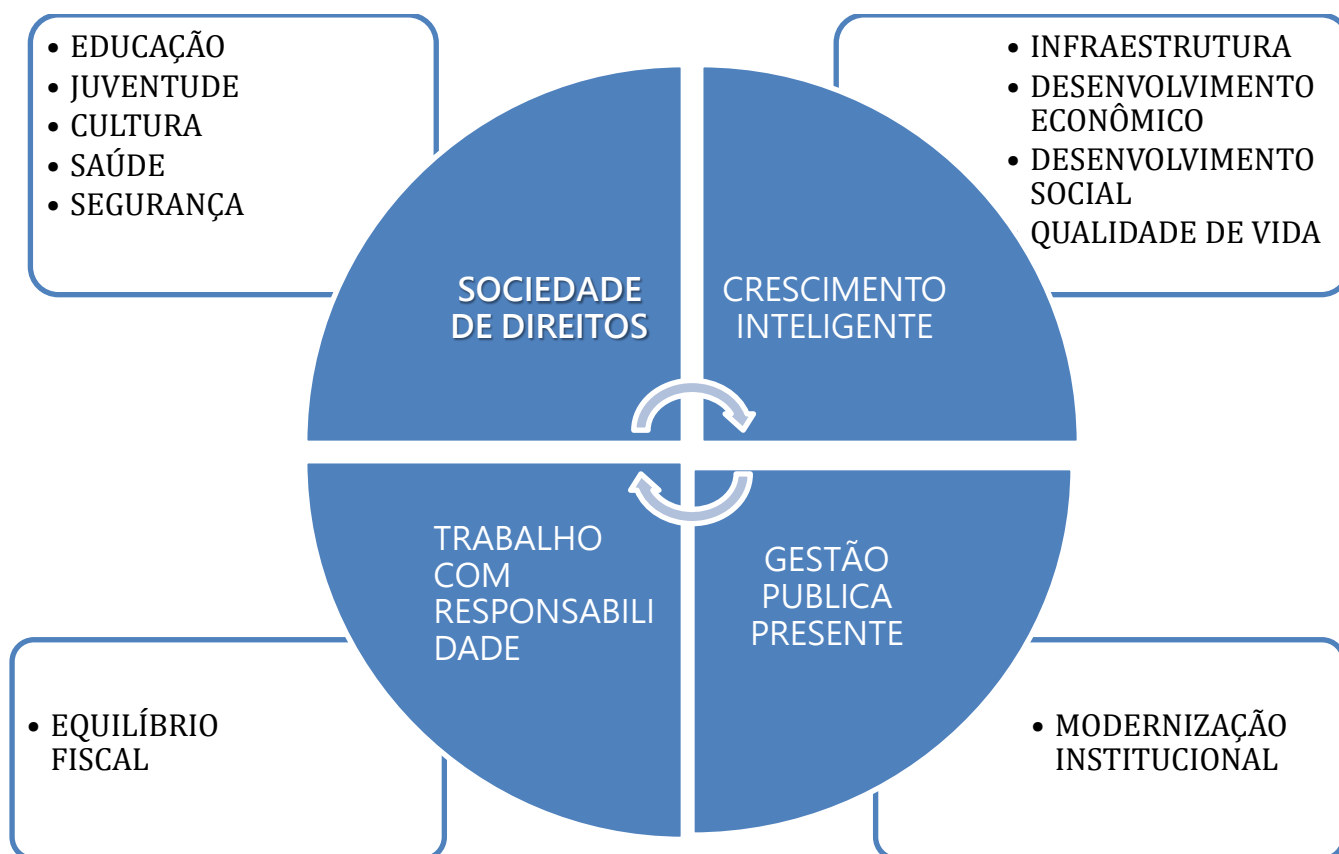
O compartilhamento de responsabilidades encontra-se no centro dos novos desafios do Estado do Pará e constitui-se em um dos elementos centrais das Diretrizes de desenvolvimento. Neste sentido, o Programa adota o conceito de DIRETRIZES em 10 (dez) Áreas de Ação. Estão organizados para direcionar as ações do Governo em direção à implementação das DIRETRIZES estabelecidas.

Um Estado que opera em parceria, incorpora como premissa a governança aberta e compartilhada, sem negligenciar o equilíbrio fiscal e a produtividade e qualidade do

gasto público, está sempre em busca da produção de mais e melhores resultados para a população.

É nesta direção que se organizam as Áreas de ação para o Estado do Pará, explicitadas neste Programa, organizadas e distribuídas em 04 (quatro) DIRETRIZES

- 1) **SOCIEDADE DE DIREITOS: Educação, Juventude, Cultura, Saúde e Segurança;**
- 2) **CRESCIMENTO INTELIGENTE: Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social e Condições de Vida;**
- 3) **TRABALHO COM RESPONSABILIDADE: Equilíbrio Fiscal; e**
- 4) **GESTÃO PÚBLICA PRESENTE: Modernização Institucional;**



As **DIRETRIZES** agregam as ações do Governo Estadual nas diferentes áreas e, ao mesmo tempo, proporcionam um comportamento cooperativo com os governos federal e municipal e outras instituições, públicas e privadas, tais como igrejas, entidades de classe produtora e trabalhadores, para maior agregação de valor para a sociedade paraense. Não se trata de aumento da máquina pública, mas fazer mais e melhor.

Parte 3 - DIRETRIZES

3.1 - SOCIEDADE DE DIREITOS

EDUCAÇÃO

Situação atual

A educação não é uma prioridade do atual Governo, bem ao contrário do que pensamos para o Estado. A educação é a mola mestra para as mudanças sociais e econômicas que precisamos.

Depois de mais de vinte anos convivendo com péssimas estatísticas, passamos a achá-las normais, mas educação de baixa qualidade não é destino. Ela se resolve com trabalho, propostas arrojadas e foco no presente, uma vez que ele vai determinar nosso destino.

O Estado do Pará tem a mais alta taxa de evasão escolar do Brasil em todas as etapas de ensino, conforme as estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). No ensino médio, a evasão chega próxima a 16% do total de alunos matriculados. Somando-se o percentual de reprovações, de 9,3%, do total de alunos matriculados todos os anos, a taxa de estudantes que abandonam e reprovam o ensino médio no Estado chega a 25%.

Estes indicadores sinalizam e exigem imediatas mudanças de rumo, sob pena de mais uma vez ficarmos apartados dos ganhos que as dinâmicas social e econômica geram em outros estados e países com altos níveis de qualidade do setor educacional.

Nossas Regiões de Integração (RI) registram médias de reprovação, todos os anos, nunca menores de 10%, a exemplo: RI Marajó (17%), RI Tocantins (16,6%), RI Lago de Tucuruí (15,4%), RI Caeté (14,5%), RI Tapajós (13,8%) e RI Rio Capim (13,7%).

Em relação ao desempenho do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que mede a qualidade da educação em cada estado, o governo estadual não consegue cumprir a meta estabelecida pelo Ministério da Educação para o ensino médio desde 2011. Em 2015, o IDEB do Estado, de 3.0, foi o quinto pior do País, não cumprindo o índice previsto para o ano, de 3.5.

Se nossas crianças são reprovadas e nossos adolescentes abandonam a escola, quem vai liderar a agenda dos desafios impostas ao Pará, estado cada vez mais inserido nos debates sobre dinâmicas econômicas e ambientais em razão do seu papel regional e internacional, suas vantagens competitivas e ativos naturais?

Além disso, as vantagens e oportunidades oferecidas pela revolução digital vêm acompanhadas de diversos riscos inerentes a ela. Não podemos permitir que as alavancas criadas pelas novas tecnologias para gerar riqueza e melhor qualidade de vida produzam efeitos contrários, aumentando a exclusão social e as desigualdades regionais, fatores já marcadamente notados nos indicadores socioeconômicos do Pará.

Devemos preparar nossa população, em especial jovens e pessoas economicamente ativas, para fazer frente aos desafios impostos por ferramentas de inteligência artificial e automação do trabalho, as quais poderão prejudicar populações vulneráveis, reforçar as desigualdades existentes e afetar negativamente empregos e arranjos produtivos.

Para que possamos ser protagonistas neste novo mundo, precisamos estar preparados para fazer parte dele, com a educação sendo um dos principais pilares, por meio da formação humana e técnica, profissional e superior dos nossos mais de 4,5 milhões de crianças, adolescentes e jovens.

Oportunidades sempre estarão a nossa porta, uma vez que o Estado do Pará é diverso em atividades produtivas e meios para gerar riqueza, mas sem educação essas oportunidades não vão se transformar em valor, seja ele econômico ou social.

Portanto, aceitar por anos que nossa jovem população paraense conviva com uma educação de péssima qualidade, pífios níveis de escolaridade, empregos com fraco rendimento e pouco retorno social, é condenar milhares de jovens a um destino incerto.

Por outro lado, esse desastre educacional pressiona também a oferta de outros serviços públicos, uma vez que passamos a lidar com mais jovens envolvidos com o crime, com o consumo de drogas e com ambientes de trabalho inadequados.

Nesse sentido, vamos desenvolver um conjunto de propostas para a educação que fará o enfrentamento necessário para tirar o Pará do passado, forjar no presente o nível de qualidade mínima para atrair novos investimentos, permitir que o paraense seja um profissional diferenciado e tenha empregabilidade.

Propostas Estruturantes:

- REFORMAR, CONCLUIR E CONSTRUIR ESCOLAS – A partir de uma análise criteriosa a respeito do déficit de vagas na rede escolar, serão construídas novas unidades onde houver real necessidade de ampliação da rede.
- ENSINO PÚBLICO DE QUALIDADE E INCLUSIVO – Adequar a estrutura e infraestrutura da rede escolar, bem como dos equipamentos didáticos e paradidáticos, oportunizando também aos profissionais da educação, que se capacitem a atender pessoas com deficiências, de forma a possibilitar o acesso irrestrito a todas as pessoas que procurem a escola, sejam usuários ou não do sistema.
- ENSINO TÉCNICO – Implantar, ampliar e concluir escolas, priorizando a criação de cursos técnicos que atendam a demanda das atividades econômicas, a partir do diagnóstico vocacional dos municípios.
- DESEMPENHO – Implantar sistema de avaliação contínuo de desempenho, que possibilite premiar alunos, professores e escolas que apresentem os melhores resultados.
- AUMENTAR E NIVELAR A QUALIDADE DE ENSINO DA REDE – Avaliar constantemente os resultados apresentados em toda a rede estadual, identificando os pontos críticos, utilizando as diversas fontes de informações disponíveis, como forma de priorizar investimentos gerais e específicos, que possam tornar o mais uniforme possível a qualidade do ensino no Estado.

- ENSINO BÁSICO - Apoiar os municípios no ensino fundamental e aperfeiçoar e ampliar a oferta do ensino médio, combatendo principalmente o analfabetismo funcional.
- EDUCAÇÃO INFANTIL - Em conjunto com as prefeituras avançar no apoio a implantação de novas creches, tanto no campo, como na cidade, minimizando, para as novas gerações, as distorções de idade e série.
- ALFABETIZAÇÃO NO TEMPO CERTO - Criar programa de apoio aos municípios para garantir que as crianças concluam os anos iniciais do ensino fundamental realmente alfabetizadas.
- EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - Ampliação do número de escolas em tempo integral, visando a maior permanência do aluno na escola, que nesse caso também funcionaria como instrumento de proteção social, buscando, por meio da ampliação da base curricular, introduzir práticas de atividades esportivas, culturais, científicas e etc., objetivando sempre despertar no aluno o interesse pelo aprendizado.
- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - Intensificar as ações na área de combate ao analfabetismo, fortalecendo os programas e projetos que visam reverter os altos índices verificados em nosso Estado, através da utilização dos espaços ociosos na rede de ensino tanto estadual como municipal, oportunizando assim uma nova chance para quem não pôde, quando criança, avançar nos estudos.
- PRIMEIRO OFÍCIO - Criar programa que possibilite ao jovem paraense o aprendizado de uma profissão, objetivando com isso o ingresso do mesmo no mercado formal de trabalho ou abrir o seu próprio negócio.
- PROFISSIONAIS DO ENSINO - Adotar políticas de valorização do magistério e dos profissionais do ensino, bem como restabelecer o diálogo contínuo e institucional com os órgãos de representação dos profissionais da educação estadual.
- ENSINO SUPERIOR – Promover, ampliar e interiorizar o ensino superior no Estado como forma de intensificar o desenvolvimento econômico, tecnológico, cultural e social, priorizando as necessidades específicas das diversas regiões, potencializando o ensino superior como forma de indução do desenvolvimento humano, através da expansão e ampliação da rede física da UEPA e da articulação com o Governo Federal para implantação de novos cursos em sintonia com as necessidades regionais.
- ENSINO SUPERIOR NO INTERIOR – Criar programa de ensino superior modular para localidades ainda não atendidas por universidades públicas, utilizando-se da estrutura das escolas públicas para esse fim.

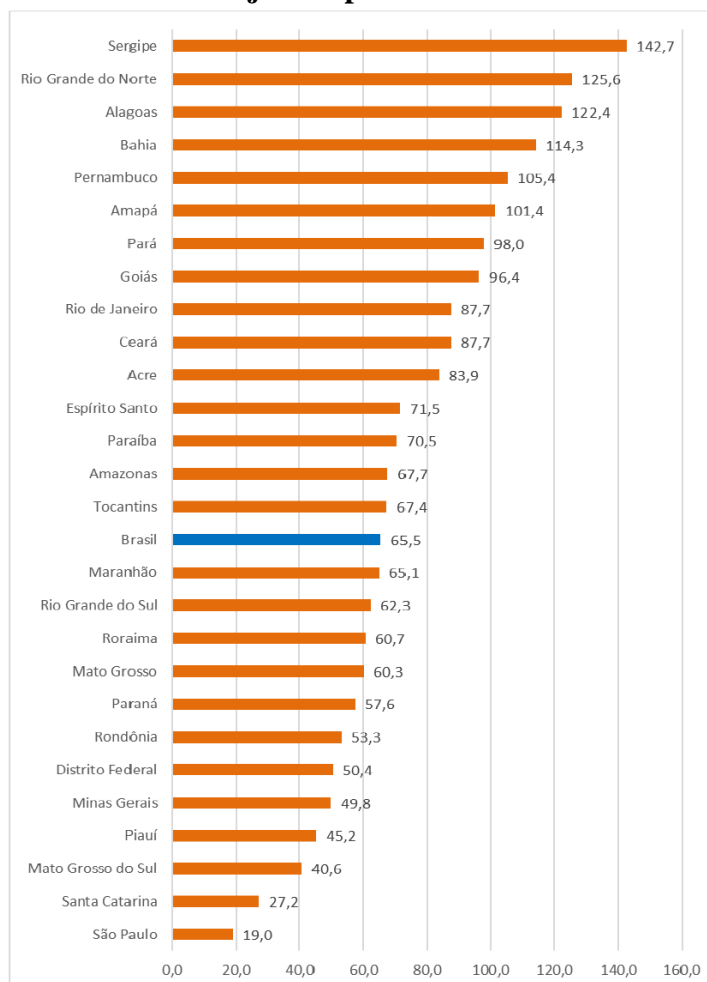
JUVENTUDE

Situação atual

No Estado, a população estimada é de mais de 8,3 milhões de pessoas, sendo que 55% deste total são crianças, adolescentes e jovens, perfazendo cerca de 4,5 milhões de habitantes. Mais de um terço se enquadra na faixa entre 0 a 19 anos, um potencial único para o Estado e ao mesmo tempo um enorme desafio para o presente.

Desafio este agravado pela violência que enfrentamos atualmente e que registra altos índices de homicídios de jovens. O Pará em 2016, segundo o mais recente Mapa da Violência, foi o 7º Estado com o maior registro de assassinatos de jovens, chegando a 98 vítimas a cada 100 mil habitantes.

Taxa de homicídio de jovens por 100 mil habitantes e Estado



Fonte: Atlas da Violência 2018.

Garantir oportunidades de emprego e renda aos que estão em condições de trabalho, bem como promover a educação e propiciar condições socioeconômicas para nossa infância e juventude é nosso objetivo.

Para isto, estamos propondo em nosso Programa de Governo a priorização da educação e da juventude como foco principal de nossas ações, por meio da integração de políticas públicas que visem à melhoria dos indicadores de educação, de saúde, de segurança e de inclusão social, um conjunto de medidas para fomentar o ambiente favorável para o crescimento e desenvolvimento do nosso principal contingente populacional e que representam além de uma maioria, uma esperança de um horizonte melhor para todos.

O desenvolvimento do Estado e a melhoria da qualidade de vida da população dependem da capacidade de prepararmos nossos jovens para que sejam capazes de

atender a dinâmica econômica do mercado, bem como fazer frente às demandas profissionais, conforme identificadas por meio do diagnóstico vocacional a ser realizado nos municípios.

Propostas Estruturantes:

- **EMPREGO** – Criar incentivos que estimulem a contratação de jovens pela iniciativa privada, com vistas à obtenção do primeiro emprego.
- **QUALIFICAÇÃO** - Promover a Inclusão Produtiva dos jovens, por meio da oferta de qualificação profissional que tenha como foco a habilidade desse público e a demanda do mercado de trabalho.
- **CONTINUAÇÃO DOS ESTUDOS** - Instituir políticas que assegurem a reintegração dos jovens ao processo educacional.
- **INCLUSÃO SOCIAL** - Ampliar ações de inclusão social por meio do esporte, lazer, música e teatro, dentre outros, inclusive através do aumento de repasse de recursos para os municípios, e do fortalecimento de parcerias com a iniciativa privada, igrejas e outras entidades sem fins lucrativos, por meio de realização de chamadas públicas para a execução de projetos com esta finalidade.
- **PARÁ JOVEM** – Promover a participação social efetiva dos jovens dentro da gestão pública estadual, inclusive através de premiações às iniciativas e soluções produzidas através de sua vivência na comunidade, criando assim uma rede de troca de experiências e conhecimentos.
- **ESPAÇOS INTEGRADOS DA JUVENTUDE** – Implantar, em parceria com o governo federal e os municípios, espaços adaptados que ofereçam serviços para a inclusão social, a participação e emancipação de jovens, especialmente aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade.
- **JUVENTUDE EMPREENDEDORA** - Implantar programa voltado para jovens das comunidades carentes, com ações voltadas para o empreendedorismo, por meio de cursos de capacitação e apoio na criação de negócios em áreas inovadoras, como economia criativa.
- **ESTÍMULO À PRODUÇÃO LOCAL** - Criar programa de fomento à produção local com a preferência de compra pelo governo estadual.
- **PROERD** - Ampliar e aperfeiçoar o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) no Estado.
- **ESPORTE E LAZER** - Construir, reformar e adaptar espaços destinados à prática de esportes e eventos culturais, inclusive em parceria com clubes e associações desportivas.
- **PREVENÇÃO ÀS DROGAS** - Fortalecer ações preventivas contra o uso de álcool e drogas por meio de campanhas de conscientização e de combate ao tráfico de drogas nas escolas e universidades.
- **VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO** - Ampliar os serviços de prevenção e atendimento médico e psicossocial de adolescentes vítimas de maus-tratos e exploração sexual.

CULTURA

A cultura vai muito além de promoção de eventos, pois as políticas culturais devem ser instrumento de resgate da nossa identidade e da dignidade de cada cidadão.

A implementação de políticas públicas efetivas ajuda no combate às desigualdades sociais, a exclusão social, pois as diferentes formas de cultura, como teatro, cinema, artes plásticas, música, dança, artesanato, etc., são instrumentos de melhoria da autoestima, do conhecimento e indutores de geração de emprego e renda.

A cultura, além de resgatar a essência da nossa identidade, também promove novos valores da cultura da nossa população, e deve ter como princípio a pluralidade cultural, atingindo os diversos públicos que formam a nossa sociedade.

Nossa proposta para a cultura é a implantação de um modelo transparente e democrático de gestão cultural, com participação de movimentos sociais, instituições e lideranças nas definições da política de cultura a ser implantada no Estado.

Propostas Estruturantes:

- **MODERNIZAR A LEGISLAÇÃO** - Aperfeiçoar o sistema de financiamento e gerenciamento da Cultura.
- **CAPACITAÇÃO** - Fortalecer políticas de capacitação profissional, criação, produção e financiamento da cultura.
- **TRADIÇÃO E IDENTIDADE CULTURAL** - Fortalecer o resgate e a preservação da identidade cultural do Estado, estimulando e apoiando as atividades específicas de cada região, suas potencialidades e expressões artísticas, valorizando iniciativas de povos e comunidades tradicionais.
- **INVESTIR** - Aumentar o investimento de recursos próprios na cultura e buscar parcerias público-privadas para promoção cultural nas diversas regiões do Estado.
- **CULTURA NA ESCOLA** - Incentivar, apoiar e fomentar à produção cultural nas escolas da Rede Estadual de Ensino, por meio de políticas e programa de parcerias entre SEDUC e SECULT.
- **MODERNIZAR GESTÃO** - Melhorar a estrutura própria de gestão da cultura.
- **DESENVOLVIMENTO AUDIOVISUAL** - Implantar programa de desenvolvimento audiovisual de apoio à produção, resgate e à difusão de produtos que contribuam na afirmação cultural e promoção do patrimônio cultural, ambiental e paisagístico do Pará.
- **TURISMO** - Priorizar investimentos no turismo, com a viabilização de projetos e obras de infraestrutura e a recuperação de locais com potencial turístico e cultural.
- **CIDADES HISTÓRICAS** - Incentivar a recuperação de áreas históricas a partir de parcerias com o governo federal, prefeituras, empresas privadas e entidades multilaterais.

SAÚDE

Situação atual

Indicadores de resultado são a melhor maneira de aferir a qualidade do serviço público oferecido à população paraense. No caso da saúde, uma análise resumida dos

indicadores de mortalidade infantil, número de leitos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e gravidez precoce sinalizam as péssimas condições da área no estado.

Em relação à mortalidade infantil, o Pará registrou aumento de 14,6% no número de mortes a cada mil nascidos em 2016, o equivalente a quase três vezes o aumento da taxa nacional, que foi de 4,8% (IBGE-2018).

Esse índice representa 19,6 mortes a cada mil nascidos, colocando o estado entre as seis unidades federativas com a maior média de mortalidade de bebês. Entre as causas associadas a esses índices, estão a baixa cobertura vacinal e o impacto da redução da dinâmica econômica no Estado.

De acordo com a mais recente análise do Conselho Federal de Medicina sobre o número de leitos do Sistema Único de Saúde (SUS) nos Estados, divulgado em julho deste ano, a oferta de leitos no Pará registrou a maior queda entre os estados da região Norte entre 2010 e 2018, com um déficit de 7%. Deixaram de ser oferecidos 773 leitos, sendo as especialidades de obstetrícia e pediatria as mais prejudicadas com o encerramento dos leitos.

Redução de Leitos do SUS - Período 2010/2018				
Estado	2010	2018	Variação	%
Pará	11508	10735	-773	-7%
Amazonas	5087	4961	-126	-2%
Acre	1383	1304	-79	-6%
Rondônia	2697	3326	629	23%
Roraima	771	970	199	26%
Tocantins	2121	2352	231	11%
Amapá	882	985	103	12%

Fonte: CFM - 2018

Sobre a gravidez precoce, um flagelo com desdobramentos na evasão escolar, abandono do lar e aumento do comprometimento da renda familiar, dados de 2018 apontam que 21% dos nascimentos no Pará ocorrem entre mães na faixa etária de 10 a 19 anos (Perfil da Juventude Paraense- FAPESPA/ 2018).

No Marajó, o índice é ainda maior, alcançando 30% dos nascimentos no arquipélago, representando que um em cada três bebês são filhos de mães adolescentes. Outras regiões paraenses, como Tapajós e Xingu, também registram altos índices de nascimentos entre adolescentes, com 28,63% e 28,68% do total, respectivamente.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), em 2016, na Região Norte, o Pará foi o estado que apresentou a maior incidência de câncer de colo de útero. Os números espelham e são consequência da forma como a saúde vem sendo tratada no Pará.

Ainda que ela seja uma das áreas mais importantes de um Governo que se preocupa com a qualidade de vida de sua população, fica claro que a área não recebe a devida atenção e prioridade pelo atual gestão, haja vista o quadro de deficiência na oferta de serviços de saúde, visível a qualquer um pela demora e precariedade dos atendimentos.

Quando os indicadores citados acima são postos ao lado dos resultados da falta de equipamentos públicos, contata-se a relação de causa e efeito entre a ausência da

presença do poder público e desempenho negativo demonstrado pelos indicadores da saúde.

O atual Governo deixou inconclusas as obras dos Hospitais Regionais de Itaituba, Castanhal e Capanema, nem, tão pouco, o Hospital Abelardo Santos em Icoaraci, prejudicando de forma irreversível a quem necessita de atendimento e precisa se deslocar em busca deste tratamento, aumentando o vazio assistencial nas Regiões do Estado.

Dessa forma, vivenciamos a dificuldade de acesso dos cidadãos a uma simples consulta, a exames de diagnósticos ou a falta de leitos em hospitais de referência e unidades de tratamento intensivo. Isto tem como consequência o agravamento de doenças por falta de diagnóstico ou tratamento, levando por vezes o paciente à morte.

O Estado necessita ainda de uma atenção especial voltada à Vigilância Epidemiológica, pois estamos vivendo uma situação muito preocupante. De acordo com a OPAS, escritório regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (OMS), somos o segundo Estado com maior número de infecções de malária - cerca de 33 mil em 2017, bem mais que os 13 mil identificados em 2016.

Também é importante destacarmos a falta de apoio estadual junto aos municípios na atenção básica. No Pará, apenas um pouco mais da metade da população tem acesso a esses serviços, sendo imprescindível a mudança deste quadro, pois a saúde começa na base, e a proteção e a prevenção devem ser prioritárias, além do que, na prática, muitos casos de procura a hospitais e prontos socorros poderiam ser resolvidos em nível local, nos próprios municípios com melhores resultados e com menores custos.

Precisamos resgatar o papel do Estado de protagonista na gestão de ações e serviços essenciais de saúde, dentro de uma compreensão do indivíduo de forma universal, integral, onde sejam considerados ainda os fatores socioeconômicos, como a pobreza, a criminalidade e a violência, que têm múltiplas e complexas consequências nas condições de saúde das pessoas.

Propostas Estruturantes:

- **PLANEJAMENTO** - Implementar os consórcios públicos intermunicipais de saúde em todas as Regiões de Integração do Pará.
- **ATENÇÃO PRIMÁRIA** - Fortalecimento da atenção primária junto aos municípios visando o aumento da cobertura populacional, a qual atualmente é de 58,91%, segundo o DATASUS/MS 2018.
- **POLICLÍNICAS** - Implementar policlínicas nas treze regionais de saúde compostas por várias especialidades médicas que atendam as demandas específicas de cada região.
- **HEMOTERAPIA** - Expandir e interiorizar da rede estadual pública de hemoterapia e hematologia.
- **ATENÇÃO BÁSICA** - Fortalecer a cobertura da Atenção Básica nos municípios a partir de parcerias que fomentem o apoio técnico e financeiro para programas como Saúde da Família.
- **REDE DE ATENDIMENTO** - Ampliar a rede de atendimento hospitalar no Estado, concluindo e equipando os Hospitais Regionais e garantir recursos da contrapartida estadual para finalização das Unidades de Pronto Atendimento (UPA).
- **NOVOS HOSPITAIS** - Construir novos hospitais, assim como ampliar e reformar os já existentes, bem como aperfeiçoar a distribuição dos leitos hospitalares e de UTI na capital e interior.

- **INCLUSÃO** - Implementar políticas de apoio e acompanhamento das populações tradicionais, quilombolas, índios, entre outros.
- **MULHER** - Criar o Hospital da Mulher, em Belém para atendimento nas áreas de mastologia e ginecologia.
- **ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL** - Apoiar a conclusão do Hospital Materno-infantil de Santarém.
- **ATENDIMENTO MÓVEL** - Promover atendimento móvel para ampliação de acesso a serviços nas regiões mais remotas para evitar o deslocamento da população e agilizar o atendimento e o diagnóstico de doenças.
- **PROFISSIONAIS DA SAÚDE** - Valorizar os profissionais da área de saúde, promovendo o bem estar, a saúde, o desenvolvimento pessoal e a valorização destes profissionais.
- **TECNOLOGIA A SERVIÇO DA EFICIÊNCIA DO SERVIÇO DE SAÚDE** - Implantar novas tecnologias para informatização e modernização da saúde, tendo como foco, o planejamento do gasto público, controle, integração das unidades, facilitar o acesso aos dados do cidadão e qualificar a assistência a cada paraense.
- **PRONTUÁRIO ELETRÔNICO** - Informatizar a saúde com a implantação do Prontuário Eletrônico, permitindo assim o compartilhamento de informações da saúde do paciente e seu histórico de atendimentos, e ainda um melhor controle do sistema e a redução de custos.
- **CAMPANHAS** - Reforçar as ações de caráter estratégico e longo alcance, voltadas à redução do risco de doenças causadas pelo tabagismo, uso de álcool e drogas, elaborar campanhas de estímulo à vida saudável e prática de exercícios físicos.
- **DOENÇAS CRÔNICAS** - Fortalecer as ações de vigilância e prevenção em saúde para diminuir as internações por hipertensão e diabetes e buscar descentralizar o serviço de hemodiálise para os municípios de menor porte evitando que este paciente fique se deslocando para capital.
- **EPIDEMIAS** - Fortalecer ações de vigilância epidemiológica, de forma a reduzir o aumento de casos, o risco de surtos e mortes, implantando medidas relacionadas à detecção precoce de casos, diagnóstico a tempo e início imediato do tratamento.
- **DEPENDÊNCIA QUÍMICA** - Ampliar a Rede Especializada de Tratamento de Dependentes Químicos insuficiente para atender a demanda que é crescente e investir na qualificação de mão-de-obra preparada para lidar com a dependência química.
- **CONTROLE SOCIAL** - Ampliar a participação e o controle da sociedade na qualidade dos serviços prestados. A transparência é instrumento fundamental para o fortalecimento da gestão.
- **ONCOLOGIA** - Fortalecer a prevenção, o diagnóstico e o tratamento do câncer, e implantar CACON (Centro de Assistência Especializada em Oncologia) nos polos onde o serviço não é ofertado.
- **TRAUMATOLOGIA** – Expandir a rede de serviços de traumatologia para outras regiões do estado.
- **DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS** - Garantir o acesso da população aos medicamentos imprescindíveis à saúde.
- **AGENTE COMUNITÁRIO** - Ampliar a cobertura do programa de agente comunitário de saúde.
- **ATENÇÃO PSICOSSOCIAL** - Aumentar a cobertura dos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial 1-2-3); CAPS AD (álcool e drogas); e CAPS I (crianças e adolescente).

SEGURANÇA

Situação atual

Nos últimos anos, a violência só tem aumentado no Estado do Pará, chegando a números alarmantes. De acordo com o **Atlas da Violência 2018**, elaborado pelo Instituto

de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), o número de homicídios no estado variou de 2.073, em 2006, para 4.223 em 2016, um aumento de 103,7%.

Dentro desse cenário de violência, o Pará em 2016, último ano do estudo, foi o sétimo estado com o maior registro de homicídios de jovens, chegando a 98 vítimas a cada 100 mil habitantes.

Municípios mais violentos – número de homicídios por 100 mil hab.



Fonte: Atlas da Violência 2018.

Essa situação é insustentável e exige ações urgentes do Estado. Esse quadro precisa ser revertido o quanto antes.

Nosso Governo irá fortalecer o aparato policial do Estado, para que ele atue de forma rigorosa no combate à criminalidade, com atuação dentro dos princípios da legalidade.

A proposta apresentada é focada não só na segurança pública, mas também na defesa social, que é um conceito mais amplo e passa por instituir políticas públicas que possam garantir dignidade, direito à vida, a liberdade, ao patrimônio, direito de ir e vir e à própria democracia, direito de escolher seus representantes, condição esta que também está ameaçada pelo crime organizado na atual condição em que se encontra o nosso Estado.

A estratégia mais forte em médio prazo é a prevenção. Desta forma, buscaremos garantir a proteção da população não apenas por meio do combate ao crime, mas também por meio da prevenção e de investimentos específicos em áreas consideradas de alto risco.

O Estado irá trabalhar em todas as suas instâncias contra a violência, com a ocupação dos espaços com os mais variados serviços, de forma a combater a criminalidade com oportunidade de acesso à educação de qualidade, políticas de saúde pública, cultura e lazer, capacitação para o mercado de trabalho. Vamos dar um basta à omissão do Estado e conclamar a sociedade para essa importante missão de resgate da PAZ SOCIAL.

Propostas Estruturantes

- **TERRITÓRIOS DE PAZ** – Criar uma força tarefa de segurança com a participação de todas as Secretarias Estaduais, a partir da qual cada unidade irá contribuir para as ações de pacificação nos bairros, tais como: pavimentação de ruas, implantação de câmeras de monitoramento, implantação e/ou reforma de espaços para esporte e lazer, creches (parceria com os municípios), escola de tempo integral, realização de parceria com entidades, igrejas e associações que já realizam ações de assistência e inclusão social nos bairros.
- **POLÍCIA PRESENTE** – Definir como política de governo, que o policial tem que estar exercendo a sua atividade-fim na rua e nos diversos setores ligados à segurança pública.
- **AUMENTO DO EFETIVO** – Aumentar e maximizar o efetivo, por meio de realização de concursos públicos.
- **PARCERIAS** - Fortalecer as guardas municipais, por meio de convênios, visando fornecer as condições adequadas para seu funcionamento, tais como veículos, material e equipamento, cabendo à Polícia Militar a formação desta força de segurança municipal, bem como implantar programa de incentivo à criação das guardas municipais em cidades que ainda não dispõem de efetivo.
- **VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA SEGURANÇA** – Promover melhorias salariais, capacitação permanente, infraestrutura e equipamentos para o desempenho das suas atividades com mais segurança e ainda a implantação de programas de melhoria de condições de vida específicos para os servidores da área de segurança, tais como: política habitacional, espaços de lazer e educação para as famílias, dentre outros.
- **COMBATE A CRIMES FUNCIONAIS** – Fortalecer e estruturar os órgãos de controle das forças policiais como mecanismo de valorização dos bons profissionais, que são a maioria dos servidores tanto na Polícia Civil quanto na Militar.
- **VÍDEOMONITORAMENTO** – Ampliar e otimizar os equipamentos de vídeo monitoramento das diversas áreas da capital e interior, inclusive através de compartilhamento de imagem da iniciativa privada e a interligação a um Centro Integrado de Comando e Controle.
- **CENTRO INTEGRADO DE COMANDO e CONTROLE** - Criar um Centro Integrado de Comando e Controle, com integração e o compartilhamento de informações entre os diversos órgãos de inteligência com vistas a incrementar o combate a toda modalidade de crime.
- **DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DA MULHER, CRIANÇA E ADOLESCENTE** – Implantar nas diversas regiões do Estado delegacias especializadas para atendimento às mulheres, crianças e adolescentes.
- **INTEGRAÇÃO** – Promover a integração de dados e troca de informações pertinentes a segurança pública, entre os diversos órgãos, possibilitando o planejamento e a realização de ações conjuntas com as forças de segurança dos outros estados, dos municípios e do governo federal.
- **PROERD** - Ampliar e aperfeiçoar o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) no Estado. Esse importante instrumento é um esforço cooperativo da Polícia Militar, Escola e Família realizado nas escolas.

- **REPRESSÃO AO TRÁFICO DE DROGAS** – Reforçar a repressão qualificada ao tráfico de drogas, com o monitoramento das fronteiras estaduais através do policiamento rodoviário e principalmente fluvial, com vistas a impedir a entrada de entorpecentes e o contrabando de armas.
- **CRIMES VIOLENTOS LETAIS** – Intensificar as ações de investigação, através do investimento em capacitação, treinamento, com vistas a aumentar o índice de solução de crimes violentos, que atualmente está muito baixo, acarretando a impunidade dos infratores e o estímulo ao cometimento de mais crimes.
- **CONTROLE SOCIAL** – Fortalecer o papel dos conselhos comunitários de segurança e cidadania, ampliando a participação da sociedade civil organizada, com vistas a incorporar no combate ao crime às diversas ações e sugestões de cunho preventivo ou mesmo punitivo, assim como ações de outras áreas do governo que tenham reflexo na redução da criminalidade como um todo.
- **PAZ SOCIAL** – Instituir grupos de discussão com participação efetiva das comunidades das áreas críticas, como forma de integrar o cidadão e as ações de Estado, buscando sempre o aperfeiçoamento das mesmas, como forma de garantir a todos o direito a vida, ao patrimônio, a dignidade humana, a liberdade entre outros.
- **COMBATE AO CRIME ORGANIZADO** – Criar novas unidades especializadas no combate ao crime organizado, dotadas dos meios necessários a uma completa investigação e apuração dos delitos, bem como intensificar, com o intuito de zerar, o combate à atuação do crime organizado dentro dos presídios estaduais.
- **COMBATE AOS CRIMES TECNOLÓGICOS** - Fortalecer a estrutura de combate aos crimes cibernéticos.
- **PRESÍDIOS** - Instituir uma política que vise à redução, até a eliminação, de custódia de presos nas delegacias e seccionais, permitindo a essas unidades o exercício pleno de sua atividade fim, que é a investigação e solução de crimes e delitos, sendo necessário o investimento em novas unidades penitenciárias com vistas ao aumento do número de vagas, aliado a uma política que vise à reinserção do apenado na sociedade.
- **EDUCAÇÃO CARCERÁRIA** - Criar programa voltado para a educação e atividade laborativa da população carcerária, como forma de tornar mais efetivo o processo de ressocialização do apenado.
- **INFRAESTRUTURA** - Reforma e ampliação das delegacias e batalhões, visando à melhoria da condição de trabalho dos agentes de segurança, e maior disponibilidade das unidades nos horários noturnos.
- **EQUIPAMENTOS E ARMAMENTO** - Melhorar as condições de trabalho das forças policiais para executar as suas atividades com efetividade.
- **OCUPAÇÃO DE ÁREAS CRÍTICAS** - Intensificar ações e a presença do Estado em áreas consideradas críticas no que se refere aos índices de criminalidade, colocando dessa forma ênfase na prevenção por meio do olhar do Estado para a juventude, oferecendo oportunidades de acesso à formação e por consequência ao emprego ou ao empreendedorismo, dando atenção específica nas questões de saúde pública, incentivos à prática do desporto, investimento em áreas de lazer e aproximação das famílias junto aos órgãos de defesa e segurança pública.
- **GRUPOS VULNERÁVEIS** - Ampliar as ações de Estado voltadas para o público considerado vulnerável, através do acolhimento e estímulo ao tratamento de pessoas expostas ao consumo de entorpecentes e drogas ilícitas.

3.2 - CRESCIMENTO INTELIGENTE

INFRAESTRUTURA - CAMINHOS DA INTEGRAÇÃO

Situação atual

A eficiência e a qualidade do sistema logístico têm sido um dos principais diferenciais na elevação da competitividade da atividade econômica em todo o mundo. No caso do Pará, sua proximidade com a Europa, Estados Unidos e Ásia torna-o um diferencial logístico na América Latina.

Aliado a isto, ainda dispomos de uma ampla rede hidroviária, com 48 mil km de rios navegáveis, e a possibilidade do acesso e escoamento das atividades produtivas por multimodal.

Ainda que registre em seu território grandes oportunidades para o escoamento da produção local e de outros estados brasileiros em razão de sua posição geográfica estratégica, exige esforço concentrado na execução de investimentos que consolidem o seu diferencial logístico, permitindo ampliar a vantagem competitiva de empresas e sistemas produtivos.

Nesse cenário, o aproveitamento dos nossos corredores logísticos permitirá aos setores produtivos brasileiros a redução das perdas no tempo de trânsito e dos custos de frete consolidando o Estado como rota de exportação preferencial levando em conta suas características de economicidade, segurança e competitividade.

No entanto, ainda que ofereça todo esse potencial, o Pará apresenta a pior malha rodoviária do país, com 86% desta malha rodoviária apresentando alguma deficiência, estando 60% com a classificação de ruim ou péssima de acordo com pesquisa da CNT apresentadas este ano.

Os investimentos para recuperação e correção dos problemas são estimados em 2,16 bilhões de reais.

As atividades empresarial e industrial têm papel fundamental no crescimento econômico e a energia é um insumo imprescindível para a atração de investimentos de grande porte para o Estado, nas diversas áreas, como mineração, na indústria pesada e de transformação e no agronegócio também.

Apesar do Estado do Pará se destacar como a unidade da Federação com maior potencial gerador e exportador de energia, a falta de energia ainda é um entrave para o crescimento de algumas regiões do Estado. A produção energética tem que dar suporte ao desenvolvimento do Estado.

Propostas Estruturantes

Energia

- **UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO** – Estabelecer mecanismos para expandir a disponibilidade e oferta de energia no Estado e assegurar o prosseguimento do Programa Luz para Todos no Estado.
- **PLANEJAMENTO** - Planejar a matriz energética conjuntamente com o processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Caminhos da Integração

- RODOVIAS ESTADUAIS - Manter, reformar e ampliar as vias e obras de arte que interligam os municípios das diversas regiões do estado com seu respectivo polo, com vistas a garantir a mobilidade da população e a circulação da produção.
- VIAS ALIMENTADORAS - Garantir condições de trafegabilidade das vias alimentadoras que ligam os locais mais distantes aos corredores regionais.
- RODOVIAS FEDERAIS - Intensificar, juntamente com a bancada federal, as ações junto ao governo federal para que tenhamos rodovias federais em condições de utilização.
- FERROVIAS - Viabilizar a construção da Ferrovia Paraense por meio de PPP ou concessão, e atuar junto ao Governo Federal para assegurar a construção das ferrovias federais - Norte-Sul e Ferrogrãos - projetadas para o Estado.
- HIDROVIAS - Viabilizar junto ao governo federal importantes corredores hidroviários, bem como buscar os recursos necessários para viabilizar as hidrovias de competência estadual. Tapajós, Tocantins e Guamá-Capim.
- PORTOS – Investir, em parceria com o Governo Federal e a iniciativa privada, na ampliação e modernização da capacidade de movimentação portuária em nosso Estado, além de assegurar a dragagem dos canais de acesso aos portos.
- INVESTIMENTOS AEROVIÁRIOS – Investir na expansão da infraestrutura aeroviária do Estado

Saneamento Básico

A situação dos serviços de saneamento básico no Estado do Pará é bastante crítica, estando os Municípios Paraenses entre as unidades da federação com os piores índices de saneamento, seja na modalidade de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e gestão de resíduos sólidos.

Em nível nacional, o atendimento com abastecimento de água nas áreas urbanas atinge 90% dos domicílios, enquanto no Estado do Pará somente 48% dos domicílios urbanos são atendidos com abastecimento público de água.

Na área de esgotamento sanitário, a situação é muito mais grave, pois apenas 10% da população do Estado estão atendidas. Toda essa situação é facilmente verificada quando se observa a degradação dos corpos d'água urbanos totalmente poluídos, lixões a céu aberto, e alagamentos em áreas urbanas cada vez mais recorrentes, situação essa que contribui para:

- Ambiente urbano, insalubre e inóspito à população.
- Degradação do meio ambiente urbano e dos recursos hídricos próximos a esse
- Elevado índice de internações hospitalares por doenças de veiculação hídrica, sobrecarregando a rede hospitalar e elevando os custos com o tratamento de saúde.
- Absenteísmo e queda de produtividade no ambiente de trabalho.
- Absenteísmo e queda de produtividade no meio escolar
- Prejuízos causados à população e ao poder público pela avaria ou perdas de patrimônio e bens físicos.

- Redução da atratividade do Estado para o empreendedorismo e investimentos externos.

Grande parte dos municípios paraenses não cumpre nem a legislação vigente para o setor de saneamento, uma vez que apenas 30% estão adimplentes com os Planos Municipais de Saneamento Básico-PMSB e o Plano Municipal de Resíduos Sólidos-PMRS, o que deverá provocar restrições de repasse de recursos Federais para os Municípios inadimplentes já a partir de 2019.

É prioridade reduzir o déficit do setor de saneamento no Estado do Pará, de modo a proporcionar de modo sustentável a ampliação do atendimento dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, garantindo maior eficácia desses serviços à população, realizando e ou apoiando os Entes Municipais quanto aos investimentos necessários no setor do Estado, viabilizando recursos não onerosos, bem como operações de financiamento interno e externo.

- PLANEJAMENTO - Elaborar o Plano Estadual de Saneamento Básico (PESB).
- APOIO AOS MUNICÍPIOS - Apoiar institucionalmente os municípios, capacitando os mesmos para o cumprimento da legislação vigente do setor de saneamento, como o Plano Municipal de Saneamento-PMSB.
- RESÍDUOS SÓLIDOS - Implantação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, com incentivo ao crédito e elaboração de projetos de gestão consorciada de regiões metropolitanas e municípios afins, para a gestão de resíduos sólidos, obedecendo ao Estatuto das Metrôpoles e ao Plano Municipal de Resíduos Sólidos-PMRS.
- MODERNIZAÇÃO - Fortalecer e reestruturar a Companhia Estadual de Saneamento - COSANPA através da modernização da gestão administrativa e operacional, e a implantação, de programa contínuo redução de perdas de água e da tarifa social.
- REGULAÇÃO - Estruturar a Agência Reguladora do Estado - ARCON, para que a mesma incorpore a regulação dos serviços de saneamento nos Municípios que não criaram agência de regulação própria.
- FORTALECIMENTO - Ampliar e melhorar os sistemas de abastecimento de água dos municípios sob concessão da COSANPA e apoio aos municípios com serviços autônomos de abastecimento de água.
- ESGOTAMENTO SANITÁRIO - Implantar, ampliar e melhorar os sistemas de esgotamento sanitário dos municípios sob concessão da COSANPA, e apoio aos municípios com serviços autônomos de esgotamento sanitário.
- DRENAGEM URBANA - Apoiar os municípios para gestão dos resíduos sólidos e ampliação da infraestrutura da drenagem urbana.
- COMUNIDADES RURAIS - Implantar o Programa Estadual de Saneamento Rural - PESR, com solução integrada de saneamento básico para comunidades rurais.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Situação atual

O estado do Pará é uma máquina exportadora. Em 2017, chegou a US\$ 14,45 bilhões exportados, crescimento de 37,8% em relação a 2016, e que o coloca como sétimo maior exportador brasileiro, participando com 6,67% do total do comércio exterior do País.

O perfil comercial voltado para outros países, principalmente China, Hong Kong, Estados Unidos, Egito e Países Baixos, garante superávits anuais da balança comercial. Somente no ano passado, o superávit foi de US\$ 13,518 bilhões, sustentados principalmente por produtos da cadeia mineral e pelo agronegócio.

Dos dez principais produtos de exportação, oito saem da cadeia mineral, principalmente o minério de ferro, que representou US\$ 7,8 bilhões do total exportado. O segundo maior item da pauta de exportação vem do agronegócio, que no ano passado movimentou dois milhões de toneladas de grãos, representando divisas de US\$ 1,7 bilhão e 11,7% do total exportado.

No que diz respeito à riqueza geral no estado, o Produto Interno Bruto (PIB) paraense de 2015 foi de R\$ 130,9 bilhões, o que representa 40,8% de todo o PIB da Região Norte, de R\$ 320,8 bilhões, posicionando o estado na 11ª posição no ranking nacional.

No entanto, em um grande contraste com a dinâmica exportadora do Pará, a renda domiciliar média é uma nítida discrepância com seu superávit comercial: apenas R\$ 715, em 2017, terceiro pior rendimento entre as unidades da federação, perdendo apenas para Alagoas e Maranhão, respectivamente, conforme o IBGE. O rendimento domiciliar *per capita* é calculado sobre o total dos rendimentos domiciliares e o total dos moradores.

Não bastasse o baixo valor, 77,2% do rendimento domiciliar do paraense não passa de um salário mínimo. Dentro desse universo, 50% da renda domiciliar está estagnada em meio salário mínimo.

Como um desempenho exportador tão dinâmico não se reflete na renda da população? Percebe-se um claro descompasso entre potencial produtivo e o consumo derivado dele, com baixa verticalização interna, representando um modelo injusto de manutenção de papéis ultrapassados, que favorece a atividade econômica pouco dinâmica e não permite o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Portanto, é urgente a substituição das atividades de baixo valor agregado por aquelas que geram maior riqueza, valorizando atividades produtivas sustentáveis que beneficiem efetivamente a população, uma vez que incentivos econômicos são propulsores fundamentais da sustentabilidade em longo prazo.

Contudo, os sistemas produtivos no Pará exigem, em sua grande maioria, a necessidade de agregação de valor e de diversificação da cadeia produtiva, com a adoção de inovação, novas tecnologias e transferência de conhecimento, que favoreçam maior produtividade e competitividade.

A consequência imediata dessa realidade pode ser constatada nos saldos anuais da balança comercial paraense com outros estados, negativo em R\$ 35 bilhões no ano de 2014. Conforme dados da Secretaria Estadual da Fazenda (SEFA), a compra de produtos, equipamentos e outros bens com valor agregado faz do Pará um grande exportador também de empregos e divisas para outros estados brasileiros.

Um bom exemplo vem da cadeia produtiva do cacau. O estado é o maior produtor nacional da amêndoa, com uma safra em 2016 de 114 mil toneladas. Apesar disso, compramos, em 2014, R\$ 174 milhões em produtos derivados do cacau e chocolate em pó, de acordo com a SEFA.

Nesse cenário, a existência de um amplo potencial econômico em nosso Estado revela oportunidades rumo ao desenvolvimento mais sustentável. Ainda nesse contexto, percebe-se que o uso de tecnologias apropriadas e infraestruturas adequadas permitem a superação da pobreza e o crescimento contínuo de longo prazo.

Com este foco, busca-se contribuir para a inclusão da nossa população, de forma planejada, em cadeias produtivas modernas e sustentáveis de maior valor agregado e competitividade comercial para ampliar a distribuição dos benefícios da dinâmica econômica.

Um bom exemplo disso pode ser constatado no agronegócio, que mesmo no atual estágio, movimenta R\$ 13,4 bilhões ao ano, cifra relativa ao Valor Adicionado do Setor Agropecuário em 2014, representando 11,9% do PIB paraense, dos quais 6,7% advêm da agricultura, 3,1% da pecuária e 2,1% de produtos florestais, pesca e aquicultura.

Outro exemplo é a obra de Belo Monte, que apesar de sua magnitude e importância para o país, não vai propiciar aumento nas receitas do Estado, haja vista que a maior parte da arrecadação fica com outros Estados, porque o ICMS sobre energia é devido onde é consumida a energia e não onde é produzida.

Nosso Programa de Governo tem como objetivo dinamizar diferentes cadeias produtivas, aumentando sua produtividade, a renda, garantir sustentabilidade por meio de ações que integrem conhecimentos avançados na produção, bem como sua aplicabilidade na rotina desses produtores.

Um dos caminhos será a criação de polos regionais de produção, com vocação identificada e especialização inteligente, o que permitirá, por exemplo, fazer do Marajó o maior polo de produção e exportação de açaí do Brasil, bem como reverter o que está acontecendo na Calha Norte paraense, onde municípios abundantes em recursos pesqueiros, como Almeirim, Santarém e Oriximiná, consomem pescado mais barato oriundo do Mato Grosso e Rondônia.

O Estado do Pará tem vocação para ser grande. Dimensões geográficas de um país, extensas redes hidrográficas, grandes e diversos ativos naturais, posição logística diferenciada e estratégica em toda a América Latina, base energética firme e uma biodiversidade que o faz único no mundo, permitindo seu aproveitamento para o turismo, gastronomia e biocósméticos. E tem o principal: um povo que é apaixonado por seu estado.

O que faltava até o momento era uma liderança capaz de conduzir as agendas necessárias para levar adiante o destino do Pará - ser o estado da logística, da produção inteligente de produtos da floresta, da verticalização da produção agropecuária e mineral, do empreendedorismo inovador que cria e atrai talentos e, sobretudo, ser o estado que transforme todas essas vantagens em qualidade de vida, permitindo ao paraense continuar mostrando ao mundo sua principal característica: ser acolhedor e caloroso, um povo feliz.

Propostas Estruturantes

Promoção e Atração de Investimentos

- **DIAGNÓSTICO VOCACIONAL** - Elaborar o diagnóstico vocacional de cada município para identificar suas potencialidades.
- **DESENVOLVIMENTO LOCAL** - Criar polos de especialização inteligente no estado, considerando o potencial de cada região de integração do Pará, tais como Polo Mineral-metalúrgico, Polo de Grãos, Polo de Floresta Plantada, Polo de Biocósméticos, Polos de Fruticultura, Polos de Aquicultura e Pesca, Polos de Inovação Tecnológica e Economia Criativa, Polos Gastronômicos e Turísticos, entre outros.

- **NOVOS EMPREENDIMENTOS** - Estabelecer política de incentivos clara, prioritariamente para negócios de impacto direto na qualidade de vida da população.
- **TURISMO** - Melhorar os investimentos no turismo, com a viabilização de projetos e obras de infraestrutura e a recuperação de locais com potencial turístico, bem como a divulgação e o desenvolvimento de programas de capacitação dos profissionais que atuam no setor, com destaque para o ecoturismo, turismo gastronômico, pesca esportiva, entre outros.
- **SEGURANÇA JURÍDICA** - Fortalecer o aparato institucional e reestruturar a base legal através do redesenho e modernização dos órgãos e políticas estaduais relacionados às questões tributárias, regularização fundiária, ambientais, minerais, industriais e agropecuárias, desburocratizando a legalização e licenciamento das atividades econômicas.
- **VERTICALIZAÇÃO** - Lançar mecanismos que viabilizem a agregação de valor das vocações do Estado.
- **LOGÍSTICA** - Criar mecanismos para a implantação de estruturas de logística intermodal no Estado, em parceria com o Governo Federal.
- **ZONEAMENTO** - Implantar efetivamente o zoneamento econômico ecológico do Estado com o propósito de promover o ordenamento territorial através da definição das áreas que devem ser preservadas e aquelas que podem ser exploradas sustentavelmente de acordo com suas potencialidades, vocações e necessidades regionais.
- **MERCADO EXTERNO** - Estimular o aumento das exportações paraenses de maior valor agregado, incentivando uma cultura exportadora nas atividades produtivas do Estado.
- **AGRICULTURA FAMILIAR** - Ampliar e fortalecer as políticas públicas no setor agrícola, a agricultura de produtos orgânicos, incentivando e investindo na agricultura familiar, fundamental para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

Ciência, Tecnologia e Inovação

- **NOVAS TECNOLOGIAS** - Apoiar fortemente, como fator do desenvolvimento econômico, a geração de tecnologias que possam viabilizar projetos e impulsionar a geração de novos negócios, e por consequência benefícios para a população como um todo, sempre tendo em foco o aproveitamento dos nossos recursos naturais, humanos e culturais.
- **ESTÍMULO À INOVAÇÃO** - Implementar o Startup Pará como estratégia para o empreendedorismo com o objetivo de identificar a vocação do ecossistema de empreendedorismo do estado, possibilitando estabelecimento um ambiente favorável às iniciativas inovadoras, atração de investidores, promover e acelerar o crescimento das startups e implementar medidas de apoio ao empreendedorismo.
- **FOMENTO À INOVAÇÃO** - Instituir programa para que as aquisições de produtos tecnológicos e de inovação possam melhorar a prestação de serviços públicos pelo Estado, possam ser desenvolvidos e fornecidos por empresas locais.
- **CENTROS DE EDUCAÇÃO CIENTÍFICA** - Implantar e expandir os Centros de Educação Científica em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado.

- PESQUISA ACESSÍVEL - Instituir programas que tornem as tecnologias desenvolvidas no meio acadêmico disponíveis para a população e para os empreendedores do Estado.
- PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA GUAMÁ - Fortalecer e expandir a área de atuação do PCT Guamá, como forma de garantir a sua atuação nas diversas regiões do estado, sempre respeitando as especificidades de cada local.
- PARCERIAS - Estabelecer parcerias com as empresas e entidades privadas, como forma de viabilizar e direcionar os investimentos em ciência e tecnologia, objetivando assim otimizar a aplicação dos recursos e evitar possíveis desperdícios na sua aplicação.
- POLÍTICA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - Integrar-se a política nacional de ciência e tecnologia evitando assim a repetição de esforços existentes.
- QUESTÕES REGIONAIS – Incentivar e promover a pesquisa científica e tecnológica com foco na solução de problemas regionais.

Meio Ambiente

- SEGURANÇA JURÍDICA - Fortalecer o aparato institucional e reestruturar a base legal através do redesenho e modernização dos órgãos e políticas estaduais relacionados às questões tributárias, fundiárias, ambientais, minerais, industriais e agropecuárias.
- ATENDIMENTO - Descentralizar o atendimento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) para o interior do Pará.
- SIMPLIFICAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL - Simplificar procedimentos relativos ao processo de licenciamento ambiental por meio de licenciamento ambiental declaratório.
- PROTAGONISMO MUNICIPAL - Aperfeiçoar e fortalecer o sistema de licenciamento, planejamento, fiscalização e controle ambiental, assumindo a gestão ambiental no Estado, no que lhe cabe, apoiando a descentralização da gestão ambiental nos municípios e a desconcentração das ações ambientais do governo federal.
- GOVERNABILIDADE - Resgatar a institucionalidade e firmar uma postura política em defesa dos interesses do Estado do Pará perante ações federais e externas sobre o território paraense, a fim de resgatar a governabilidade do Pará sobre os seus próprios interesses.
- ORDENAMENTO TERRITORIAL - Realizar e promover o ordenamento territorial e a regularização fundiária com a participação efetiva da classe produtiva, dos movimentos sociais e em articulação com o Governo Federal e os municípios, com o propósito de garantir os direitos de propriedade e sua função social.
- ZONEAMENTO - Promover a implantação, onde necessário, do zoneamento econômico ecológico do Estado com o propósito de promover o ordenamento territorial por meio da definição das áreas que devem ser preservadas e aquelas que podem ser exploradas sustentavelmente de acordo com suas potencialidades, vocações e necessidades regionais.
- SERVIÇOS AMBIENTAIS - Elaborar marco regulatório para a prestação e pagamento de serviços ambientais e criar mecanismos para incentivar a recomposição de áreas de preservação permanentes.

- ATIVOS INTANGÍVEIS - Estimular a expansão da base econômica do Estado, respeitando a dinâmica da economia verde, a baixa emissão de carbono, a partir da conservação e manutenção das florestas nativas no Pará, ativo de natureza intangível.
- GESTÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS - Rever a Política Florestal Estadual, possibilitando o desenvolvimento desse setor produtivo no Pará de forma a que o Estado tenha a real gestão dos seus recursos florestais.

Desenvolvimento dos Municípios

Os problemas de desequilíbrios regionais e a necessidade de aumentar a eficiência e a eficácia da ação governamental precisam ser analisados sob diferentes abordagens. Isso requer integrar políticas e programas da esfera estadual, federal e municipal, com ações de interesse da sociedade.

A gestão do território surge como um importante componente das estratégias de redução da pobreza no Estado, com diminuição das diferenças de renda por meio da criação de condições para o aumento da atividade econômica local, armazenamento e distribuição da produção. São as diferenças espaciais nas dimensões rural-urbana e entre as regiões metropolitanas e não-metropolitanas que induzem o Governo à adoção de uma abordagem que coloca os recortes territoriais como unidade básica de política.

E não se pode ignorar que Belém é a cidade capital e como tal releva a importância do tratamento da Região Metropolitana no âmbito das políticas de desenvolvimento territorial.

Isso faz com que o início de um processo de integração passe pela coordenação regional. As acentuadas diferenças culturais e de níveis de desenvolvimento existentes entre as várias regiões do território estadual sugerem o fortalecimento da coesão econômica e social, tendo como um dos principais vetores de política a gestão integrada e compartilhada do território.

A coesão territorial depende de criação de mecanismos institucionais que contribuam para articular e estimular a cooperação entre os diferentes atores sociais, políticos e econômicos no âmbito regional, bem como para negociar soluções de interesses regionais divergentes.

Essas ações, aliadas às políticas que visam à coesão social, devem permitir uma melhor distribuição das oportunidades econômicas e sociais, bem como da elevação dos níveis de qualidade de vida das regiões do Estado.

A atuação desse mecanismo deverá possibilitar a sinergia entre os fatores do desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida; a remoção dos obstáculos que restringem o aproveitamento das potencialidades locais; e a articulação dos atores institucionais que atuam no âmbito local, regional e estadual.

Isso pressupõe uma gestão integrada dos programas estaduais, uma ação articulada com as esferas de governo municipais e federais e a formação de parcerias com atores não governamentais. As políticas necessárias para dar suporte a este compromisso devem incorporar a concepção de uma gestão suficientemente flexível e descentralizada para trabalhar com as diversidades de enfoques regionais e ao mesmo tempo com uma visão estratégica de desenvolvimento territorial com sustentabilidade.

Essa visão evidencia a necessidade de proteger a base física do Estado e a transversalidade que envolve essa questão. Por outro lado, a visão espacial coloca em destaque a diretriz da descentralização, o que implica o fortalecimento do papel de

parceiros como os municípios, a sociedade organizada e a iniciativa privada. Essa visão leva ao conceito de gestão compartilhada, que se apoia numa ação negociada com os atores envolvidos, visando o ordenamento territorial, expressão espacial das políticas econômica, social, cultural e ecológica.

Dessa forma, o Zoneamento Econômico Ecológico em implementação no Estado passa a ter uso nesse planejamento, o qual se torna capaz de otimizar o uso do espaço e a integração de políticas e assim reinserir o Pará na agenda nacional de decisões de modo a integrar a agenda do Estado, chegando aos municípios de forma territorializada e participativa.

- **PLANEJAMENTO** - Elaborar sistema de indicadores regionais para priorização dos investimentos e auxílio à tomada de decisões a partir do diagnóstico vocacional a ser realizado nos municípios, o que permitirá constituir uma base georeferenciada (SIG/GIS) e plataforma colaborativa para monitoramento e acompanhamento das ações estabelecidas no Plano de Metas pelas comunidades macrorregionais.
- **GERENCIAMENTO** - Prestar apoio técnico ao planejamento dos empreendimentos/obras.
- **MODERNIZAÇÃO** - Definir ações de revitalização e otimização das instalações públicas existentes.
- **CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES** - Prestar apoio técnico na elaboração de programas de fortalecimento institucional e capacitação de recursos humanos.
- **GESTÃO EFICIENTE** - Apoiar e promover a formação e o aprimoramento em metodologias de gestão para melhorar a eficiência e efetividade da administração pública municipal, por meio de plataformas digitais gratuitas.
- **PARTICIPAÇÃO SOCIAL** - Apoio à realização do planejamento regional, com a participação da sociedade, para a promoção do desenvolvimento sustentável das regiões.
- **ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS** - Constituir carteira de projetos e investimentos regionais, e assessorar a gestão Municipal para formulação de arranjos Institucionais e procedimentos técnico-administrativos para obtenção de recursos, incluindo projetos de Parceria Público-Privada (PPP) e concessões.
- **PROTAGONISMO MUNICIPAL** - Implementar o fortalecimento institucional dos municípios paraenses para que assumam o protagonismo do desenvolvimento local.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Situação atual

O resultado de pesquisa recente divulgada pelo IBGE comprova que as desigualdades regionais continuam a atingir a nossa população. De acordo com os dados da Síntese de Indicadores Sociais de 2017, tanto a pobreza quanto a extrema pobreza estão concentradas no Norte, considerando que 43,1% dos habitantes da região vivem com renda igual ou inferior a R\$ 18,24 por dia, contra os 25,4% na média nacional.

Esses indicadores refletem a situação social em que vive a população do Estado, que apresenta rendimento insuficiente atender as necessidades essenciais de suas famílias.

As políticas de assistência e promoção social serão prioridade absoluta no nosso governo. Para que essas ações possam de fato promover a redução da pobreza e das desigualdades é necessário que os entes federativos (União, estado e municípios) trabalhem de forma conjunta.

Neste contexto, o Governo do Estado deve ter um papel estratégico na coordenação da política de desenvolvimento social do Estado, pois é necessário que essas políticas sejam articuladas e complementares, assim como devem estar alinhadas com a política nacional definida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Entendemos como imprescindível o fortalecimento da rede de assistência em todo o Estado, representada por associações e entidades públicas ou privadas, instituições religiosas, centros sociais e a sociedade civil, de forma a ampliar as políticas destinadas às famílias e indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade e risco social.

O enfrentamento dos problemas e das desigualdades requer uma união dos agentes governamentais e da sociedade civil, dentre eles, os usuários e os trabalhadores da área de assistência.

Trabalho

No Estado do Pará, as taxas de pobreza e de desocupação e o baixo rendimento do trabalhador refletem a falta de oportunidades de trabalho, que causam graves impactos sociais e econômicos, além de acarretar desestruturação familiar e aumento da violência.

É preciso implantar políticas públicas eficientes para reduzir o desemprego e a desocupação da população paraense, adotar medidas em curto prazo dirigidas à criação de novos postos de trabalho, mais emprego e renda.

Os recursos investidos para geração de trabalho, emprego e renda tem efeito multiplicador, gerando melhoria da qualidade de vida da população e equilíbrio do sistema como um todo, pois melhora as condições de saúde, a educação, reduz a criminalidade, dentre outros benefícios.

Vamos avançar no desenvolvimento local, através da atração de novos negócios para o Estado, com o aproveitamento da nossa mão de obra e preparação da comunidade empresarial para a inovação tecnológica. Para isto, o Governo precisa estar articulado para incentivar e viabilizar alternativas para os gargalos que hoje se apresentam.

Queremos o crescimento econômico, com a inserção produtiva das famílias em todos os Municípios do Estado. O aumento de oportunidades de trabalho em nosso Governo irá promover a qualificação profissional, capacitação e educação de qualidade. Só assim será possível a redução da pobreza, o aumento do emprego regional e a melhoria da qualidade de vida.

- EMPREGO - Criar mecanismos de estímulo ao mercado local e a criação de empregos valorizando as vocações produtivas de cada município.
- ESTÍMULO AO EMPREENDEDOR - Promover programas de capacitação e de incentivo ao empreendedorismo em todas as regiões do Estado.
- DESBUROCRATIZAR - Reduzir a burocracia e a ineficiência, estimulando os novos investimentos privados.
- JOVENS - Ampliar as escolas de tempo integral para melhorar a formação dos nossos jovens e prepará-los para o mercado de trabalho.

- **COOPERATIVISMO** - Fortalecer o sistema de cooperativas para facilitar o acesso ao crédito e o desenvolvimento regional.
- **ECONOMIA CRIATIVA** - Incentivar a economia criativa como alternativa a produção e distribuição de renda entre os trabalhadores.
- **TURISMO** - Melhorar os investimentos no turismo, com a viabilização de projetos e obras de infraestrutura e a recuperação de locais com potencial turístico, bem como a divulgação e o desenvolvimento de programas de capacitação dos profissionais que atuam no setor, com destaque para o ecoturismo, turismo gastronômico, pesca esportiva, entre outros.
- **NOVOS NEGÓCIOS** - Ampliar e fortalecer diversificação da atividade econômica do Estado, através da implantação de políticas públicas que incentivem novos setores e estimulem o processo de inovação tecnológica para ganho de produtividade nos negócios.
- **PRIMEIRO EMPREGO** - Estimular a contratação de jovens pela iniciativa privada, com vistas à obtenção do primeiro emprego.
- **QUALIFICAÇÃO** - Promover a Inclusão Produtiva dos jovens, através da oferta de qualificação profissional que tenha como foco a habilidade desse público e a demanda do mercado de trabalho.
- **ESTÍMULO AO EMPREENDEDOR** - Promover programas de capacitação e de incentivo ao empreendedorismo em todas as regiões do Estado.
- **MODERNIZAÇÃO** - Estimular o processo de inovação e a ampliação do conteúdo tecnológico nas atividades econômicas do Estado.

Inclusão Social

Crianças

- **AÇÕES INTEGRADAS** - Integrar as ações de educação, esporte e lazer, cultura, saúde e proteção social de forma a garantir o seu desenvolvimento.
- **SAÚDE** - Fortalecer os programas de prevenção em saúde, especialmente os dirigidos a crianças e adolescentes.
- **VACINAS** - Monitorar em especial os programas de vacinação e controle, especialmente nas comunidades mais pobres.
- **NUTRIÇÃO** - Implantar políticas efetivas de fortalecimento nutricional e o combate à desnutrição visando à melhoria da qualidade de vida.
- **VIOLÊNCIA** - Ampliar os serviços de prevenção e atendimento médico e psicossocial de crianças vítimas de maus-tratos.
- **EXPLORAÇÃO INFANTIL** - Aperfeiçoar as ações de combate à exploração sexual e o trabalho infantil.

Pessoas com Deficiência

- **GARANTIR DIREITOS** - Aprimorar as políticas de acesso à educação, inclusão social, saúde e acessibilidade, das pessoas com deficiência.
- **CAPACITAÇÃO** - Implantar programas para melhorar a capacitação técnica e a integração das pessoas com deficiência a atividades produtivas.

- **ACESSIBILIDADE** - Aumentar o acesso das famílias de pessoas com deficiência a recursos do Programa Cheque Moradia, que visam à execução de obras de reforma e ampliação para adaptação das suas residências, bem como criar programa de adaptação progressiva dos prédios públicos do governo estadual para permitir o acesso de pessoas com deficiência.
- **ESPORTES** - Promover a prática do esporte paraolímpico nas diversas regiões do Estado, melhorando a inclusão social, a autoestima e a qualidade de vida, bem como a identificação de possíveis talentos entre os praticantes.
- **RENDA** - Aumentar acesso aos programas de transferência de renda, através de apoio técnico e financeiro à implementação de ações que viabilizem esse acesso.
- **ESPAÇOS PARA LAZER** - Construir, reformar e adaptar espaços destinados à prática de esportes para pessoas com deficiência.

Idosos

- **GARANTIR DIREITOS** - Ampliar e aprimorar as políticas, os serviços e as estruturas públicas existentes para acolher melhor o idoso.
- **CAMPANHAS** - Fortalecer campanhas de estímulo à vida saudável, ao convívio e participação social dos idosos.
- **LOCAIS ADEQUADOS** - Ampliar o número de espaços públicos especializados para acolhimento dessa população.
- **ESPORTES E LAZER** - Realizar parcerias com igrejas, academias, clubes e associações para possibilitar a prática de esportes e lazer para os idosos.
- **RENDA** - Ampliar acesso da população aos programas de transferência de renda existentes, através de apoio técnico e financeiro a implementação de ações necessárias.

Mulheres

- **GARANTIR DIREITOS** - Garantir o acesso da mulher aos serviços e políticas públicas, de saúde, educação, emprego e renda, dentre outros.
- **PROTEÇÃO** - Fortalecer ações que garantam a integridade, a liberdade, a igualdade e o bem estar da mulher.
- **COMBATE À VIOLÊNCIA** - Aperfeiçoar as políticas de prevenção e atendimento às diversas formas de violência praticada contra as mulheres, principalmente a violência doméstica e sexual, bem como ampliar a rede de atendimento à mulher, com a implantação de novas Delegacias Especializadas e implantação de serviço especializado de perícia em casos de violência, com ambiente humanizado e acolhedor nas diversas Regiões do Estado.
- **SAÚDE** - Fortalecer os programas de prevenção e atenção em saúde em aspectos como atenção materna, prevenção do câncer de mama e útero, controle da natalidade, educação sexual e prevenção das DST/AIDS.
- **PROTEÇÃO** - Ampliar o combate ao turismo sexual e tráfico de mulheres e à prostituição infantil.

Diversidade

- **GARANTIR DIREITOS** – Garantir o acesso aos serviços e políticas públicas, de saúde, educação, emprego e renda desta população.

- **PROTEÇÃO** - Fortalecer políticas públicas que garantam a integridade, a liberdade, a igualdade e o bem estar destes segmentos mais vulneráveis.
- **COMBATE À VIOLÊNCIA** - Aperfeiçoar as políticas de prevenção e atendimento às diversas formas de violência por orientação sexual e identidade de gênero, por meio de assistência jurídica, psicológica e acolhimento assistencial.
- **EMPREENDEDORISMO** - Implantar programa com ações voltadas para o empreendedorismo, através de cursos de capacitação e apoio na criação de negócios.
- **PARTICIPAÇÃO** - Promover a participação social efetiva dentro da gestão pública estadual, com fóruns de discussão e proposição de políticas públicas voltadas para a diversidade.

Indígenas e Quilombolas

- **PROTEÇÃO** – Fortalecer, conjuntamente com o Governo Federal, ações em prol do respeito aos direitos dos povos indígenas e quilombolas e o aperfeiçoamento das Políticas de Promoção e Proteção a estas comunidades.
- **EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE** – Promover ações de educação para a saúde que reconheçam as especificidades que devem ser respeitadas e consideradas em relação a essas comunidades.
- **PARTICIPAÇÃO SOCIAL** - Promover a participação de representantes destas comunidades, nos espaços de controle social em relação às políticas públicas estaduais.

CONDIÇÕES DE VIDA

Situação atual

O grande fluxo migratório para o Estado do Pará ocorrido nos últimos 40 anos provocou crescimento populacional no Estado muito acima da média nacional, situação agravada nas áreas urbanas decorrentes do intenso processo de urbanização pelo qual passou o Estado do Pará.

Os Municípios Paraenses não tiveram os meios para ordenar e realizar a infraestrutura necessária para atender seus cidadãos, constituindo-se grandes déficits de atendimento principalmente quanto à habitação, saneamento básico e mobilidade nas áreas urbanas maiores.

A situação é mais grave na Região Metropolitana de Belém (RMB), a única formalmente constituída no estado. Atualmente integrada por cinco municípios, a RMB é a área metropolitana mais favelizada do País, com 53,9% da população residente vivendo em aglomerados subnormais.

O déficit habitacional no Estado é estimado em cerca de 420 mil moradias, 22% do total de moradias, quase o dobro da média nacional, que é de 12%: só na RMB este déficit é de 115 mil moradias.

A RMB apresenta os piores indicadores de saneamento básico entre as Regiões Metropolitanas do País, notadamente quanto aos níveis de atendimento dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Situação dramática ocorre também em relação ao destino final de resíduos sólidos.

A baixa densidade de áreas verdes na RMB e outro fator da deterioração da qualidade de vida da população.

Na RMB, os grandes polos de atração que provocam o deslocamento da população continuam estabelecidos no município de Belém, tornando caóticas as condições de mobilidade.

Propostas Estruturantes

Habituação, Saneamento e Mobilidade

- MORADIAS - Apoiar os municípios na produção de novas moradias.
- LOTES URBANOS - Promover e apoiar a regularização fundiária urbana.
- CHEQUE MORADIA - Ampliar o Programa Cheque Moradia para atingir todas as regiões do Estado.
- PAVIMENTAÇÃO - Apoiar os municípios na ampliação da infraestrutura viária e na reabilitação da infraestrutura existente.
- CORREDORES URBANOS - Investir em infraestrutura viária urbana das diferentes regiões do estado, como o prolongamento da Avenida João Paulo II do viaduto da Rodovia Mário Covas até a Alça Viária, em Belém, e da duplicação do trecho urbano da PA-250 (da ponte do Rio Itacaiunas até a Rodovia Transamazônica).
- TRANSPORTE URBANO - Apoiar os municípios na solução de mobilidade urbana, incluída a interligação modal flúvio-rodoviária, em todas as regiões do Estado, bem como operacionalizar a integração do sistema BRT, em Belém, e Região Metropolitana.
- MAIS ÁGUA E ESGOTO - Ampliação e melhorias dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios sob concessão da Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), proporcionando Ampliação do índice de atendimento.
- SISTEMAS AUTÔNOMOS - Apoiar os municípios que possuem serviços autônomos de água e esgoto quanto à ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, proporcionando ampliação do índice de atendimento.
- RESÍDUOS SÓLIDOS - Apoiar os municípios na solução de coleta e destino final de resíduos sólidos, inclusive na constituição de consórcios.
- ÁREAS VERDES - Apoiar os municípios, em especial os de maior porte e os da Região Metropolitana de Belém (RMB), na implantação de áreas verdes e parques recreacionais.

Esporte e Lazer

- PROMOÇÃO AO ESPORTE - Estimular uma maior participação e melhorar a divulgação dos Jogos Estudantis Paraenses, como forma de revelar novos talentos esportivos bem como integrar a comunidade estudantil através da prática do esporte.
- ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO - Ampliar o apoio aos atletas de alto rendimento, estimulando a participação da iniciativa privada, propiciando aos mesmos as condições necessárias ao constante aperfeiçoamento nas suas

respectivas modalidades esportivas, tornando-os aptos a participarem, com reais condições de competir, das competições nacionais e internacionais.

- **CAPTAÇÃO DE RECURSOS** - Assessorar os municípios na elaboração de projetos que visem obter recursos federais e entidades multilaterais para ampliação da infraestrutura esportiva nas diversas cidades do Estado.
- **PRAÇA PARA O POVO** - Ampliar e incentivar a instalação de equipamentos esportivos, bem como reforma e ampliação das diversas áreas de convivência pública das cidades paraenses, para estimular a prática esportiva e melhora da qualidade de vida das pessoas, utilizando profissionais da área de educação física em quantidade suficiente para atendimento de boa qualidade.
- **ESPAÇOS OCIOSOS** - estimular a utilização dos espaços disponíveis nas escolas para a prática esportiva e de lazer, nos horários em que as mesmas estariam fechadas, maximizando a utilização dos espaços e oferecendo oportunidade de práticas saudáveis a toda população.
- **ÁREAS CRÍTICAS** - Elaborar estudo para identificar áreas com altos índices de criminalidade e carências de equipamentos públicos, com vistas a ampliar a oferta desses equipamentos nesses locais, como forma de intensificar a prática de esporte e lazer nessas regiões, tornando a prática do esporte e do lazer instrumentos de auxílio à boa convivência e combate à violência.
- **ENTIDADES DESPORTIVAS** - Formar parcerias com entidades desportivas para o uso equipamentos e instalações.

3.3 - TRABALHO COM RESPONSABILIDADE

EQUILÍBRIO FISCAL

Situação atual

Assegurar o equilíbrio fiscal das contas públicas é essencial para qualquer governo, haja vista que ele é a chave para a credibilidade e a confiança por parte dos contribuintes, empresas e investidores.

Nosso governo irá primar pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade do gasto público com ênfase na melhoria da composição do gasto e da aderência do orçamento às prioridades para o desenvolvimento do Estado.

O atual governo não apresenta um equilíbrio fiscal sustentável, haja vista que as contas públicas do Estado vêm se deteriorando nos últimos anos. De acordo com o Balanço Geral do Estado e Relatórios de Gestão Fiscal, o cenário em 2017 é de queda de receitas, orçamento comprometimento com despesa de pessoal, aumento dos restos a pagar dentre outros.

No ano de 2017, foi registrado um Resultado Primário de 16 milhões de reais, uma queda vertiginosa neste indicador em relação a 2016, quando o superávit foi de R\$ 632 milhões. O resultado primário é considerado o principal indicador de sustentabilidade fiscal.

A receita própria arrecadada em 2017 ficou abaixo de 2016. Em 2016, a receita própria arrecadada foi de R\$ 14,18 bilhões, contra R\$ 14,12 em 2017, demonstrando um cenário de estagnação.

A despesa com pessoal do Poder Executivo em 2017 representou 45,08% do total da Receita Corrente Líquida, portanto acima do limite de alerta previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal que é de 43,74%.

Os restos a Pagar do Governo, em 2017, chegaram ao montante de R\$ 345 milhões, ou seja, um aumento de 176% em relação a 2016, que totalizou um montante de R\$ 196,5 milhões.

Aliado a esta questão, há ainda a crise previdenciária a ser enfrentada. Os dados apresentados apontam déficit previdenciário gerado pelo Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV), exigindo do Tesouro do Estado aportes adicionais de recursos para complementar o dinheiro dos aposentados, pois o déficit previdenciário do Estado obriga o tesouro aportar recursos da arrecadação para completar as aposentadorias.

Este cenário demonstra que o ajuste fiscal não está consolidado, temos que dar transparência quanto a real situação das contas públicas do Estado.

A nossa administração irá garantir o equilíbrio das contas públicas, porém não podemos esquecer que ele não é um fim em si mesmo, tem que ser efetivamente utilizado para promover os benefícios almejados de melhoria nas prestações de serviço em prol da população. Vamos qualificar o gasto público, como forma de readquirir a capacidade de investimento para melhorar as ações em segurança, saúde, educação e infraestrutura.

Propostas Estruturantes

Fazer Mais e Melhor

- AUMENTO DE RECEITA – Modernizar a cobrança de impostos e taxas, com consequente aumento da receita.
- BENEFÍCIOS FISCAIS – Remodelar a política de isenções e subsídios.
- ATIVOS FINANCEIROS - Melhorar a gestão econômica dos ativos reais e financeiros.
- ALAVANCAR INVESTIMENTOS - Captar fontes alternativas de recursos a serem aplicados no processo de desenvolvimento do Estado.
- SETOR PRIVADO - Estimular e estruturar parcerias público-privadas e concessões.

Resultados melhores com gasto inteligente

- CONTROLE - Aprimorar a gestão e o controle dos recursos públicos.
- PRIORIZAÇÃO DE DESPESAS - Planejar e gerenciar estrategicamente as prioridades da gestão a partir dos grandes grupos de despesas públicas, com ênfase na melhoria da composição do gasto e da aderência do orçamento às ações de desenvolvimento do Estado e à oferta de serviços de qualidade à população.
- GESTÃO POR EVIDÊNCIA - Utilizar sistemas de apoio à tomada de decisão para realização de uma gestão baseada em evidências e focada em resultados.
- AVALIAÇÃO DOS GASTOS - Intensificar a avaliação dos resultados, da qualidade e produtividade do gasto.
- CIDADÃO BEM ATENDIDO - Implementar novas formas de atuação e prestação dos serviços públicos.

3.4 - GESTÃO PÚBLICA PRESENTE

MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Situação atual

É sabido que a confiabilidade, agilidade e efetividade dos serviços públicos prestados e ofertados pelo Estado tem relação direta com o seu desenvolvimento econômico e social. Com esse entendimento, ter um modelo de gestão e governança bem estruturado, aberto e compartilhado, representa a capacidade de transformar a administração pública paraense garantindo a efetividade das políticas públicas.

Para tanto, é necessário adotar uma política fiscal de qualidade e iniciativas inovadoras que se convertam na melhoria da infraestrutura pública, na valorização do servidor e, principalmente, na ampliação do acesso e melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

Para transformar o Estado do Pará, é imprescindível a adoção de um conjunto de iniciativas que assegurem o aprimoramento contínuo da alocação dos recursos públicos, a partir de intervenções em processos de gestão nas diversas áreas da Administração Pública perpassando o planejamento, execução, monitoramento e avaliação no âmbito das políticas públicas.

Além disto, a falta de profissionais qualificados e a desmotivação de servidores públicos geram disfunções na execução da estratégia governamental e na obtenção dos resultados para sociedade. Nesse sentido, é foco deste Programa concentrar esforços para modernizar a gestão pública, tendo como valor fundamental a melhoria da qualidade no tratamento do servidor público, para melhor atender as demandas da população paraense.

A gestão estratégica de pessoas também desponta como área fundamental para o melhor desempenho da administração pública, na medida em que propõe o alinhamento dos recursos humanos com os objetivos para o Estado. É preciso substituir obsoletas formas de administração de pessoas e promover a participação ativa dos servidores públicos na formulação e execução da estratégia governamental para obtenção dos resultados pretendidos.

Em particular, o governo digital deu início a transformações significativas e duradouras no modo como as pessoas vivem e interagem umas com as outras, com o meio ambiente e com os serviços públicos.

A cada ano, há uma tendência positiva persistente em direção a níveis mais altos de desenvolvimento do governo eletrônico, uma vez que ele aprimora os serviços públicos, o engajamento dos cidadãos, a transparência e responsabilidade das autoridades.

As tecnologias e inovações digitais estão impactando o setor público, mudando a vida cotidiana das pessoas, por isso a implementação do governo digital tem um amplo potencial, não apenas na melhoria dos processos institucionais e fluxos de trabalho para maior eficácia e efetividade da prestação de serviços públicos.

Portanto, a coleta, análise de grande número de dados e democracia participativa - princípios básicos de cidades inteligentes -, devem ser associadas à capacidade de diálogo entre moradores, poder público e outros agentes para resultar em melhorias na vida da população.

Nosso governo pretende apresentar uma forma diferente de olhar a distribuição dos investimentos e as entregas relacionadas às políticas públicas a partir da participação

democrática, controle social, boas práticas de governança, tendo a tecnologia como uma ponte entre a democracia de direitos e os compromissos assumidos em nosso Programa.

Para isso, a conectividade e o acesso a novas tecnologias, que permanecem difíceis para várias regiões do Pará, receberão especial atenção, em particular nas áreas remotas ou de difícil acesso em nosso estado, como os municípios do arquipélago do Marajó, onde a precária oferta desses serviços reflete no baixo aproveitamento das políticas públicas de educação, saúde e assistência social.

Em paralelo, vamos desenvolver um programa de capacitação voltado às novas atividades e profissões de políticas públicas e ciência de dados para fortalecer nossas capacidades institucionais na implantação de governo e serviços digitais.

No entanto, ainda que as novas tecnologias estejam transformando as bases do setor público, são as pessoas à frente das decisões as responsáveis pela qualidade, padrões e ética dos serviços públicos oferecidos à população. Nesse contexto, a desburocratização e modernização são condições básicas para a excelência na prestação de serviços públicos.

A administração vai redefinir a missão do Estado para a promoção da equidade e justiça social. Da mesma forma, o modelo institucional com o fim de criar uma organização flexível, moderna e descentralizada, dirigida aos problemas sociais, na qual os servidores públicos sejam reconhecidos e sejam criadas as condições para a implantação de uma cultura gerencial de prestação de serviços que rompa os entraves dos modelos burocráticos.

Propostas Estruturantes

Governança aberta e compartilhada

- GOVERNO PRESENTE - Planejamento regional, para garantir a participação popular e a descentralização da gestão.
- FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL - Criar as condições para a maturação política da base econômica e social, capaz de eliminar a divisão excludente entre governo e cidadão e fortalecer a relação intragovernamental.
- LIDERANÇA ATIVA - Afirmar uma postura política ativa ante os projetos federais e externos sobre o território paraense, a fim de resgatar a governabilidade do Pará sobre os seus próprios interesses, reduzindo significativamente a constante interferência exterior nas políticas de desenvolvimento econômico e social do Estado.

Cidadão bem atendido e satisfeito

- CIDADÃO - Instituir um modelo efetivo de Gestão orientado para o cidadão.
- EQUILÍBRIO FISCAL - Garantir o equilíbrio das contas públicas.
- PARCERIAS MUNICIPAIS - Aprimorar a articulação do Estado com os Municípios para ampliar a efetividade das políticas públicas.
- MODERNIZAÇÃO DA MÁQUINA - Estruturar e implementar o desenho de uma nova estrutura organizacional, otimizada, moderna, eficiente, ética, profissional e voltada aos interesses do Estado.
- COMBATE A CORRUPÇÃO - Instituir mecanismos de combate à corrupção.

Profissionalização da Gestão

- VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR - Valorizar o servidor público a partir da profissionalização da gestão de pessoas, focando no resultado e no atendimento ao cidadão.
- CARGOS POR SELEÇÃO - Estabelecer critérios mais rígidos para provimento dos cargos em comissão.
- AUTONOMIA GERENCIAL - Orientar a administração por resultados, envolvendo a ampliação da autonomia decisória dos gestores públicos e seu nível de responsabilização.
- CAPACITAÇÃO AMPLA - Aprimorar a capacidade técnica do servidor, a partir da criação de programas massivos de capacitação e treinamento para os funcionários, de forma a torná-los mais aptos às novas necessidades tecnológicas e organizacionais do Estado.
- REPRESENTAÇÃO SINDICAL - Apoiar e respeitar as representações sindicais dos servidores, estabelecendo mecanismos de permanente diálogo, primando pela relação respeitosa e transparente.
- GOVERNO PRESENTE - Implantar um programa de estímulo à interiorização de funcionários públicos, que lhes garanta condições de trabalho, atualização e crescimento profissional.
- CONCURSO PÚBLICO - Promover concursos públicos para atualizar os quadros de pessoal e regularizar as diferentes situações funcionais.

Digitalização da Gestão e comunicação com a sociedade

- GOVERNO NA PALMA DA MÃO - Digitalizar para facilitar a realização de negócios privados, a partir da simplificação do ambiente de negócios para promoção e atração de investimentos, e para facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos.
- LABORATÓRIOS DA CIDADANIA - Estimular a criação de Laboratórios Cidadãos, em parceria com a sociedade civil, para a promoção do Governo Aberto, tecnologias livres (culturais, software e hardware), economia colaborativa, social e solidária, entre outros temas.
- CONTROLE SOCIAL - Estimular a participação de grupos sociais no monitoramento dos programas e ações prioritárias a partir de ações de tecnologias de informação e comunicação, interações presenciais, entre outros.
- DADOS ABERTOS - Garantir ampla transparência nas ações do governo (custos, benefícios, resultados).
- ESCOLA DE INOVAÇÃO - Reestruturar a Escola de Governança do Estado do Pará para atuar como Escola de Inovação e Políticas Públicas do Estado do Pará com o objetivo de desenvolver ações que gerem impacto social, superando desafios para garantir direitos.
- FOMENTO - Criar a Incubadora de Políticas Públicas e Inovação do Estado do Pará, envolvendo os órgãos estaduais que atuam nas áreas de Tecnologia da Informação, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico, Governança e Administração Pública, para estimular empresas e startups na elaboração de

soluções voltadas ao enfrentamento dos gargalos na prestação dos serviços à população e criação de novos produtos para melhor atender o cidadão.

- GOVTECH - Criar o Programa GovTech, iniciativa do governo estadual com o objetivo de apoiar serviços inovadores, que promovam a inovação do setor público, em primeira instância, e apresentem soluções, em nível estadual e local, para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- NOVAS FUNÇÕES - Implementar programa de capacitação para o desenvolvimento e/ou criação de funções públicas que englobem áreas como a ciência de dados para fortalecer as capacidades do Estado na implantação de governo digital e serviços digitais.

PARTE 4 – CONCLUSÃO

TRABALHO E PRESENÇA: Este Plano de Governo demonstra os princípios e as diretrizes que direcionarão a nossa administração. Mas isso não é apenas uma orientação para o caminho certo, é acima de tudo o nosso compromisso com o Estado do Pará e com povo, retomando a sua confiança.

Quando à frente do Ministério da Pesca e Aquicultura, do Ministério dos Portos e do Ministério da Integração Nacional, trouxemos investimentos substanciais para todos os municípios do Pará, sem discriminar qualquer vinculação partidária, e com o olhar de um paraense defendendo nossa terra e, para isso, percorremos o estado levando recursos para obras e equipamentos.

Ao trazermos investimentos federais para os municípios iniciamos os primeiros passos para recuperar o papel de liderança econômica do Pará, na Amazônia e na Região Norte o que, lamentavelmente, foi perdido nas últimas duas décadas.

Muito fizemos pelo Pará como ministro e, agora com mais experiência executiva e prestígio nacional, no governo conduziremos o estado a retomar sua capacidade de investimento, o progresso econômico e a geração de emprego e renda que se refletirão na efetiva redução da violência.

Temos a responsabilidade de construir o futuro, de acreditar que o Pará pode ser melhor para o seu povo. De ser um governo aberto ao diálogo e, sobretudo, presente e com muita disposição para o trabalho com nossa juventude e garra, juntamente com todos os segmentos da sociedade, por meio de ações integrando o setor produtivo, a classe trabalhadora, as igrejas e universidades.

Destacadamente, a parceria com os municípios será imprescindível para melhorar a qualidade de vida das pessoas que, hoje, se reflete negativamente sobre os indicadores da saúde, educação e saneamento básico, deteriorados progressivamente pela falta de vontade e desmazelo dos governantes nos anos recentes.

TRABALHO e PRESENÇA será a palavra de ordem do nosso governo, que terá em mãos um estado com abundância de recursos minerais, condições climáticas favoráveis, solo fértil, água e localização geográfica estratégica.

Estamos preparados para esse desafio, para dar ao povo do Pará um governo presente, com disposição para o trabalho e coragem para tirar o estado da estagnação em que está mergulhado. Faremos um governo que cuide do seu povo e que por ele tenha carinho, com a melhoria da qualidade de vida, refletida na educação, atendimento da saúde pública, com emprego e renda, condição fundamental para a dignidade pessoal.

GOVERNO PRESENTE E COM DISPOSIÇÃO DE TRABALHAR E CONDUZIR O PARÁ, ESSA É A PALAVRA DE ORDEM DESTES PROGRAMAS DE GOVERNO. É O OLHAR DO PARÁ DAQUI PRA FRENTE.

